



# O PAPEL DOS EDUCADORES: MUDANÇAS DE PARADIGMAS, DILEMAS E DESAFIOS

Seminário realizado dia 29 de outubro de 2009, Curitiba - Paraná





## Luizão Goulart

*Prefeito de Pinhais*



Vivemos num momento em que a educação é prioridade absoluta nas ações do governo Lula. Avançamos muito nos últimos anos e devemos continuar avançando com os investimentos que atendem os anseios do setor educacional. Para dar ainda mais consistência aos programas que visam melhorar a qualidade de ensino é essencial a realização de debates, como aconteceu no Seminário “*O Papel dos Educadores: Mudanças de Paradigmas, Dilemas e Desafios*”. Este é um espaço onde representantes de diversos segmentos da sociedade podem expor suas idéias e contribuir para o enfrentamento dos desafios, dilemas e paradigmas do dia a dia na educação.

Foi um grande prazer participar do seminário e dar continuidade a projetos importantes que objetivam investimentos para a educação. Inclusive, este é um tema que está constante em meu dia a dia de trabalho. Durante o período em que estive atuando como deputado conseguimos encaminhar e aprovar projetos de grande relevância para a classe de educadores.

Agora, em Pinhais, estamos conseguindo implementar ações que contribuem com professores, funcionários e alunos. Através da valorização dos profissionais da educação e da integração das redes estadual, municipal e privada de ensino estamos conseguindo fomentar a qualificação no aprendizado escolar bem como evoluir em relação às nossas expectativas.

Como prefeito e educador tenho um grande desafio pela frente: continuar lutando pela melhoria da qualidade de ensino. E, para isso, espero continuar contando com companheiros, como o vereador Pedro Paulo, que assume o compromisso com a sociedade de debater sobre as políticas públicas voltadas a educação.



## Pedro Paulo

*Líder da bancada do PT na Câmara,  
vereador e professor*

### **“Educação é Tudo!”**

A Educação, todos concordam, é o melhor investimento que os governos podem fazer para garantir novos e melhores rumos para o País.

Cumprindo compromissos com o povo brasileiro, no governo do presidente Lula, a Educação tem sido prioridade das ações governamentais. Prova disso, são os Programas implementados pelo Governo Federal como, por exemplo, o PROUNI que possibilita o acesso à Universidade para mais de 1 milhão de jovens de baixa renda. No Paraná, além das novas Universidades Federais, como a UNILA, UTFPR e o campus da UFPR no litoral do estado, a criação do Instituto Federal de Educação Técnica (IFET), 10 mil vagas foram abertas para estudantes. Nos próximos anos, mais recursos estão previstos para a Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre outros investimentos importantes em sua segunda etapa, prevê a construção de mais 7.000 escolas de educação infantil pelo Brasil inteiro.

Por acreditar neste caminho, onde a Educação é prioridade, tenho apresentado projetos de lei e defendido a ampliação dos recursos para a Educação Infantil e na valorização dos profissionais da Educação.

Nesta perspectiva, fui parceiro do seminário *“O Papel dos Educadores: Mudanças de Paradigmas, Dilemas e Desafios”*. O debate, rico em seu conteúdo, é socializado agora com a publicação desta segunda cartilha, que esperamos, contribua na reflexão sobre os avanços e os desafios das políticas educacionais.

Mantenho o compromisso de continuar criando oportunidades como esta oferecida pelo seminário, que possibilitam o debate entre argumentos técnicos e os conhecimentos adquiridos pela prática cotidiana, buscando convergir idéias e formular propostas, que contribuam ao aprimoramento das práticas educacionais.

Ao mesmo tempo em que o presente material serve como homenagem aos que se dedicam pela causa da Educação Pública e de Qualidade, a expectativa é que os textos aqui publicados contribuam na reflexão de toda a sociedade quanto a importância do papel dos trabalhadores da Educação na construção de um País cada dia mais justo, solidário e fraterno.

## Rosa Maria Colombo

*Secretária de Educação de Pinhais*



O Seminário foi um momento precioso, pois reuniu diferentes segmentos da sociedade para discutir temas comuns da categoria. E foi uma grande satisfação para o município de Pinhais a oportunidade de participar deste debate. Estamos vivenciando um processo de integração entre rede estadual, rede municipal e particular, visando à construção de uma educação de qualidade para o município.

O tema abordado no Seminário “*O Papel dos Educadores: Mudanças de Paradigmas, Dilemas e Desafios*” suscitou muitas reflexões acerca do papel dos educadores/as no contexto escolar. Estas discussões possibilitam o diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade, propiciando dessa forma o aprofundamento da temática, bem como de encaminhamentos aos setores competentes para que políticas públicas sejam formuladas a fim de superar ou minimizar as necessidades apresentadas pelo coletivo desses profissionais.

Sou professora da rede estadual e atualmente estou à frente da Secretaria de Educação do município de Pinhais e percebo com muita clareza a necessidade de se cuidar dos profissionais de educação, pois de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a profissão docente é hoje uma das mais estressantes, sendo considerada uma profissão de risco. Por isso, faz-se necessário que políticas públicas sejam construídas e que façam frente às causas desse mal-estar docente e não somente aos seus efeitos. Também é preciso que os direitos dos educadores/as sejam assegurados.

E a qualidade de ensino passa por questões como: valorização salarial, formação continuada, gestão escolar democrática, relações interpessoais saudáveis, integração com a família/comunidade escolar, condições de trabalho adequadas e infraestrutura, entre outros fatores que interferem direta ou indiretamente, dificultando o ato de educar.

Espero que outros debates como este continuem ocorrendo para que se avance cada vez mais na formulação de propostas para serem implementadas e evidencie a importância do papel dos educadores/as na transformação da realidade.



## Antonio Gaspareto

*Presidente do Núcleo Sindical  
Curitiba Sul - APP Sindicato*

A sociedade do final do século XX e início deste possui, como marca primordial, a mudança em todas as instâncias. Alguns setores sofrem os impactos das alterações de forma mais contundente enquanto em outros, a permanência persiste, mas não sem sofrer alterações. Em qualquer das situações, o desafio está colocado. Não há como permanecer indiferente. Os conflitos emergem, a busca de novas soluções se faz necessária, novos desafios desabrocham de onde menos esperamos; e, os paradigmas que norteavam nossas ações já não servem mais.

A escola, isto é, a educação como um todo, está inserida dentro deste grande caldeirão em ebulição; e, nós educadores e educadoras temos em nossas mãos um grande desafio. Que caminhos trilhar para responder às novas necessidades emergentes destas transformações e como reagir e superar as mazelas delas decorrentes? Preocupados com a nova conjuntura em que a educação está inserida, com o quadro de violência presente nas escolas e com a fragilidade da saúde do trabalhador(a) em educação; com a precariedade do atendimento médico hospitalar ofertado na rede estadual pelo sistema SAS, com a flexibilização dos direitos trabalhistas e a precarização dos contratos de trabalho e com uma política de Estado garanta a oferta de uma escola pública gratuita e com qualidade para todos, é que, com o apoio do Vereador Pedro Paulo e demais parceiros de Curitiba e Região Metropolitana, da esfera privada e pública, organizamos o Seminário com o tema "*O Papel dos Educadores: Mudanças de Paradigmas, Dilemas e Desafios*", no dia 29/10/09, dando continuidade ao primeiro seminário realizado, também em parceria, em 2007.

Tanto no primeiro seminário que tinha como foco a saúde do trabalhador em educação como neste com o tema o papel dos educadores, foram marcados por amplos e calorosos debates; e, tirados apontamentos de ações e medidas a serem encaminhadas. É de fundamental importância estes seminários bem como outros que estão acontecendo no sentido de que são espaços de exercício e efetivação da democracia; espaços em que, nós educadores discutimos, debatemos e apresentamos soluções de superações para os entraves e desafios presentes no campo da educação e partilhamos experiências.

Os desafios permanecem, mas unidos poderemos enfrentá-los e superá-los.

# Desistência e resistência no trabalho educativo



Andréa R. Caldas

Professora do Setor de Educação da UFPR e  
Doutora em Educação pela UFPR.

*Por esse pão pra comer, por esse chão para dormir.  
A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir.  
Por me deixar respirar, por me deixar existir.  
Pelo prazer de chorar e pelo estamos aí...  
(C. Buarque)*

A temática do sofrimento no trabalho pedagógico, que há algum tempo vem sendo debatida no meio sindical e no meio acadêmico, começa a ganhar espaço também nos veículos de comunicação de massa, evidenciando a abrangência que tais processos, freqüentemente ignorados ou camuflados, começam a atingir.

Em reportagem acerca do tema, realizada por jornal de circulação estadual, no ano de 2005, veiculou-se a informação de que na Rede Municipal de Educação de Curitiba foram registrados 6.261 afastamentos temporários no ano de 2004 e 4.120 afastamentos até agosto de 2005, em um universo total de 7.629 professores (as). Ainda segundo o jornal, a maior causa dos afastamentos está relacionada a transtornos mentais, como depressão, ansiedade e síndrome de pânico (TRANS-TORNOS..., 2005, p.3).





Na mesma reportagem, o diretor do Departamento de Saúde Ocupacional da Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Curitiba, médico Edevar Daniel, apesar da amplitude numérica inquestionável dos problemas de saúde, aponta como possíveis causas "o dia-a-dia, a casa, o marido", além da "hereditariedade e a tendência que o próprio indivíduo possui para enfrentar as mais diferentes situações" (TRANSTORNOS..., 2005, p.3).

Ou seja, repete-se aqui a postura de culpabilização da vítima, outra face da política educacional que aposta no protagonismo do professor individual como forma de solucionar os problemas educacionais. Tal situação coloca a necessidade de que o problema seja recolocado de forma mais abrangente, enfocando a dimensão estrutural das causas do sofrimento e apontando para soluções coletivas.

Nesta direção, a CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação), que congrega, em nível nacional, os sindicatos estaduais e municipais da educação pública, tem realizado diversos estudos sobre as condições de trabalho nas escolas públicas, entre as quais se destaca a pesquisa "Retrato da Escola" que, durante três anos seguidos, traçou amplo levantamento das condições laborais nas escolas públicas do país, através de protocolo aplicado pelas entidades afiliadas (CNTE, 2005).

De maneira mais aprofundada, a Confederação, em parceria com o Laboratório de Psicologia de Trabalho da Universidade de Brasília, produziu importante pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde mental dos educadores(as), que se constitui como o estudo mais abrangente realizado até agora, no Brasil, "sobre saúde mental e trabalho de uma categoria profissional" (CODO, 1999, p.9).

O foco da pesquisa, que investigou 52.000 profissionais da educação pública em todo o país, incidiu sobre os educadores (as) que apresentaram, durante o estu-

do, algum sintoma da denominada Síndrome de Burnout, que afeta principalmente os trabalhadores encarregados de cuidar e é definida como reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão com problemas. "Trata-se de sentimento crônico de desânimo, apatia, de despersonalização". (CODO, 1999, p.237/8).

Os sintomas de tal estado são identificados pela:

1) Exaustão emocional: situação em que os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmos a nível afetivo. Percebem esgotada a energia e os recursos emocionais próprios, devido ao contato diário com os problemas.

2) Despersonalização: desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho [...]. Endurecimento afetivo, "coisificação da relação".

3) Falta de envolvimento pessoal do trabalho: tendência a uma evolução negativa no trabalho, afetando a habilidade para a realização do trabalho e o atendimento, ou contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como a organização (CODO, 1999, p. 238).

As causas apontadas para este processo de progressiva *desistência* do trabalho docente, que pode ou não levar ao abandono definitivo do trabalho, estão relacionadas às condições materiais de trabalho, relações interpessoais, formas de gestão da escola, nível salarial, suporte afetivo e social, intensificação e fragmentação do trabalho, desvalorização social, violência e segurança.

Trata-se, segundo os pesquisadores, de um processo multideterminado, não sendo possível tratar as variáveis isoladamente, mas sim buscar "compreender sua



dinâmica interna, sem trair sua complexidade" (CODO, 1999, p.248).

De maneira geral, o levantamento realizado pela pesquisa conclui que 48,4% dos professores (as) das redes estaduais estudados apresentam pelo menos um dos sintomas de *burnout*, em nível preocupante.

O tratamento e enfrentamento coletivo da questão iniciam o necessário processo de desculpabilização da vítima e coloca o debate no caminho do desvendamento das intrincadas relações entre os processos estruturais e as situações particulares, na direção da superação do fatalismo e do imobilismo sem, entretanto professar a solução fácil ou o atalho do individualismo.

Trata-se de inverter a direção apontada pelas fórmulas cunhadas pelo pragmatismo, reeditado em tempos pós-modernos e neoliberais que, ao invés de contribuir para o desvendamento dos mecanismos ocultos ao sofrimento e à injustiça social, acaba por enredar o indivíduo num círculo fechado de respostas imediatas e superficiais, que, ao cabo, terminam por culpabilizar a vítima pelo próprio sofrimento, num processo também denominado por Freitas (2002) de "internalização da exclusão".

Este isolamento é induzido não apenas por uma concepção que descrê dos mecanismos coletivos ou da possibilidade de superar o presente, mas também reforçado pelas condições de existência da contemporaneidade, que fragmentam as relações humanas, estereotipando-as em múltiplos e justapostos papéis sociais, compreendidos como reações mecânicas assimiladas com vistas à convivência social.

O sofrimento aumenta porque os que trabalham vão perdendo gradualmente a esperança de que a condição que hoje lhes é dada possa amanhã melhorar. [...] Com isto, homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento padecido no trabalho. [...] Estratégias de defesa particularmente preocupantes porque nos ajudam a fechar os olhos e tolerar a sorte reservada aos desempregados e aos novos pobres numa sociedade que todavia não pára de enriquecer (DEJOURS, 1999, p.17-18).

Se a fragmentação e o isolamento cimentam a desesperança, é possível, entretanto, fecundar a resistência, compreendendo que resistência e desistência são aspectos contraditórios mutuamente inclusivos de um mesmo processo. Tal entendimento é comprovado pelo estudo desenvolvido pela CNTE/UnB, que demonstrou haver entre os profissionais da educação pesquisados, um grande sentido de comprometimento com o trabalho educativo, ainda que combinado ao sofrimento. (CODO, 1999)

Esta combinação de paixão e sofrimento que marca a realização do trabalho pedagógico, também aparece retratada na pesquisa realizada na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, em 2006 (CALDAS, 2007), com professores (as), diretores



(as) e pedagogos (as) do Ensino Fundamental.

Os processos de sofrimento e desmotivação com o trabalho, segundo relato dos entrevistados (as) aparecem a associados à percepção da desvalorização da educação, materializada através de inadequadas condições de trabalho, que tem levado à sobrecarga de jornadas e tarefas. Ademais, a dificuldade nas relações internas na escola e a burocratização do trabalho pedagógico, potencializam o sofrimento, na medida em que estreitam a margem de controle sobre o trabalho.

Neste contexto, os profissionais da educação têm vivenciado o isolamento e a solidão, frente a um contexto social, marcado pela insegurança, violência e precarização das condições sociais, que lhes cobra cada vez mais envolvimento, sem correspondente suporte das políticas educacionais e sociais.

Mas é também neste universo de dor e sofrimento, que abre-se espaço para a busca pela superação, como necessidade de sobrevivência. Para tanto é preciso romper a reprodução particularizada da tarefa educativa e (re) iniciar a gestação de processos que acionem mudanças e transformações da relação com o trabalho, com os pares e consigo, iluminando possíveis caminhos emancipatórios.

Estes caminhos, que se constroem como práticas reais, no percurso histórico pessoal e coletivo dos educadores(as), segundo os relatos identificados na pesquisa supra-citada apontam para a articulação do conhecimento da realidade, impulsionada pela concepção de mundo que aspira à transformação. Ou seja, a combinação de ação, reflexão e esperança.

Esta resistência pedagógica, que se expressa objetivamente em práticas alternativas comprometidas com a qualidade da escola pública, acende-se em múltiplos faróis incandescentes, que tremulam sob o peso das dificuldades e a solidão e reacendem em momentos de troca coletiva.

Contudo, se inegavelmente sinalizam caminhos, não podem representar por si a transformação coletiva requerida pelo momento histórico, que exige a articulação das múltiplas ações intencionais com um projeto coletivo igualmente intencional, que supere o espontaneísmo inercial que marca a reprodução dominante.

Desta forma, a construção do projeto de transformação da escola, longe de esperar passivamente pela transformação da sociedade (como pretende o economicismo) ou, então, iludir-se com as mudanças pontuais (professadas pelo voluntarismo), articula-se a um amplo programa de mudanças estruturais.

Com isto, rompe-se o isolamento dos educadores(as) e escolas, construindo um processo de resistência ativa, no interior da sociedade, pela articulação e organização dos grupos dominados, em direção à humanização das relações sociais e econômicas, das quais a educação toma parte, conforme já apontado por Saviani (1998, p.236):

A resistência ativa [...] implica pelo menos duas condições: a primeira se refere à forma, isto é, à exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas [...]; a segunda diz respeito ao conteúdo, envolvendo portanto a formulação de alternativas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CALDAS, A. R. Desistência e Resistência no Trabalho Docente: um estudo das professoras e professores da rede municipal de educação de Curitiba. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado) – UFPR. BUARQUE, C. Deus lhe pague. Construção. São Paulo: Polygram, 1971.
- CNTE. Retrato da escola 1, 2, 3. Disponível em: <ww.cnte.org.br>. Acesso em: 26 mar. 2005.
- CODO, W. (Org.). Educação, carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE/ UnB, 1999.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- \_\_\_\_\_. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. Educação e Sociedade, Campinas, v.23, n.80, p.277-300, set./2002.
- SAVIANI, D. A nova lei da educação. São Paulo: Cortez, 1998.
- TRANSTORNOS mentais tiram professores das salas de aula. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 set. 2005, p.3.

# Assédio moral



**Valdir Perrini**

*Advogado trabalhista e vice-presidente do Sinpes –  
Sindicato dos Professores de Ensino Superior,*

Assédio moral é caracterizado como abuso emocional no local de trabalho de cunho não sexual nem racial, voltado para afastar o trabalhador de suas relações profissionais através de boatos, intimidações, humilhações, discriminações e isolamento, enfraquecendo a psique do trabalhador, o que pode ajudar a desencadear e até mesmo agravar lesões de esforços repetitivos (doenças ocupacionais relativas ao trabalho).

Junto com o assédio moral, via de regra existe a pressão para que o trabalhador realize serviços superiores à sua força, proibidos por lei ou contrários aos bons costumes, bem como o tratamento do empregado com rigor excessivo.

Outra patologia desencadeada ou agravada mediante o assédio moral constitui a chamada Síndrome de burn-out, uma doença do trabalho que é consequência de estresse profissional e que causa ao trabalhador desinteresse e apatia por tudo e por todos.

São espécies de assédio moral aquele chamado de vertical (ascendente e descendente) e horizontal (colegas de trabalho).

A competitividade e a globalização são fatores que agravam estes abusos nos ambientes de trabalho, sendo este fenômeno espraído do setor privado ao setor público.



Os primeiros estudos sobre este tema, que pode também ser caracterizado como mal estar humano dentro das empresas, foram feitos por psiquiatras e sociólogos, sendo o pioneiro o psicólogo alemão Heinz Leymann, que, em 1972, definiu o mobbing como a pior espécie de estresse social.

No Brasil o primeiro estudo foi feito pela Dra. Margarida Barreto (Mestrado em Psicologia Social na PUC/SP em 2000), que definiu o tema nas seguintes palavras:

“O assédio moral retrata uma violência sutil, mas extremamente destruidora. O ambiente de trabalho torna-se insustentável, no entanto o empregado é obrigado a suportá-lo para manter a si e a sua família, pois ainda não há um instrumento jurídico seguro que repare os danos sofridos ou o proteja de tal violência. Há um ciclo perverso de humilhação versus uma necessidade imperiosa de manutenção do emprego, em relação ao qual o empregado não vê saída”.

Maria Aparecida Alkimin afirma que os elementos caracterizadores do assédio moral são o sujeito ativo e passivo, a conduta degradante, reiteração e sistematização da conduta e a consciência do agente.

Existem leis municipais que tratam especificamente do assunto assédio moral, tendo sido a primeira promulgada pelo município de Iracemópolis/SP. No Paraná temos uma lei similar no município de Cascavel.

Em Curitiba diversos projetos de lei de autoria do então Vereador Tadeu Veneri e mais tarde da Vereadora Professora Josete sofreram sucessivas aprovações e vetos por parte da Executiva Municipal.



No âmbito federal o Projeto de Lei do Deputado Marcos de Jesus reforma o Código Penal e criminaliza o assédio moral, estabelecendo detenção de 1 a 2 anos para seu autor.

Mesmo não existindo uma norma específica que resguarde aquele que é oprimido em face dos assediadores de natureza moral, do ordenamento jurídico extraem-se diversas regras que sancionam tal comportamento. O tema está, pois, amplamente distribuído na legislação brasileira, podendo ser encontrado:

- na Constituição Federal, em seu art. 1º, III, quando trata da dignidade humana;
- nos arts. 5º, V e X, da CF e 12, CC c/c art. 8º, § único, CLT, quando tratam da indenização pelo dano moral, este constituído pelo ato ilícito regrado pelo art. 186, CC, e pelo abuso de direito expresso no artigo 188, do mesmo texto legal.

Na legislação penal também encontramos disposições acerca do tema, como no art. 146, que trata do constrangimento ilegal, e no art. 147, que trata da ameaça.

Cabe frisar que o assédio moral pode ocasionar a rescisão indireta prevista pelo art. 483, “a” e “b”, CLT, que assim dispõem:

“Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;”

Sendo a responsabilidade pelos atos dos empregados objetiva de seu empregador, conforme previsto nos arts. 1521, III e X c/c 932, III c/c 933, todos do Código Civil, é de se ressaltar que quem responde pelo dano moral decorrente deste tipo de assédio não é apenas o assediador, mas sua empregadora. A propósito, existe firme entendimento jurisprudencial no sentido de que deve ser responsabilizado apenas o empregador e este, se entender oportuno, poderá exercer seu direito de regresso (ressarcir-se) da pessoa física assediadora.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) adverte que a saúde no ambiente de trabalho deve corresponder “a um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade”, o que reforça o entendimento de que todos os mecanismos passíveis de coibir o assédio moral precisam ser exercitados pelos trabalhadores oprimidos.

# Conselho tutelar e educação uma parceria necessária



**Jussara da Silva Gouveia**

*Representante Estadual do Paraná no Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – Acadêmica de Direito e foi Conselheira Tutelar por três gestões em Curitiba, militante na área da infância e Juventude.*

O desafio é sensibilizar o profissional da educação, fazê-lo entender que o ECA é um ganho para a sociedade brasileira, muitos professores ainda vêem o Estatuto como um instrumento criado para proteger crianças/adolescentes infratores, a idéia que prevalece ainda é que a lei teria conferido apenas direitos, numa espécie de pode tudo, aí os educadores se sentem ameaçados em sua “autoridade”, mudar esta percepção é um desafio!

## CONSELHO TUTELAR

Vejamos: a palavra **conselho** designa “assembléia - em que se forma deliberação a respeito de assuntos submetidos a sua apreciação, é ação colegiada - e **Tutelar**, o que significa proteger. Não tutela sujeitos de direitos e sim os direitos dos sujeitos, que devem ser assegurados com absoluta prioridade.





As necessidades das crianças e adolescentes devem ser atendidas junto à Família, à comunidade, à sociedade e ao Estado e não junto ao Conselho Tutelar, este só será chamado a atuar quando quem tinha que cumprir seu dever não o fez, ou o fez de forma irregular. Ex. se a criança precisa de creche, de escola etc, estes deveres devem ser cumpridos por quem? Ao direito de cada criança corresponde um dever da família, da comunidade, da sociedade, do Estado.

O Conselho Tutelar nunca pode ser o primeiro local a ser procurado, se há necessidade de saúde (violência sofrida), se chame a urgência médica, se há necessidade de segurança (manutenção da ordem/contenção de violência), se chame a polícia, se é uma necessidade pedagógica (mau comportamento/problemas de aprendizagem/indisciplina) se chame o técnico de orientação educacional, se , exploração, inclusão em programas - que se chame o serviço social, se temos necessidade de imposição de limites, que se chame o técnico de psicologia e por aí vamos.

### **A solução para o atendimento seria a requisição do Conselho Tutelar?**

É preciso mudar a visão da nossa responsabilidade para com o problema.

A falta da proteção a um direito não é uma falha do Conselho Tutelar que não vai educar o filho para o pai, não vai oferecer cesta-básica para a família, não vai fazer terapia, não vai prestar orientação educacional, nem medicar ou utilizar a força, nem dar susto, como querem alguns...

A eficácia das ações do Conselho Tutelar e da educação depende de se conseguir firmar um novo paradigma, mudando a visão social e política acerca dos direitos da criança e do adolescente, não na teoria utópica e no discurso fácil, mas no dia a dia e passa também por uma educação de qualidade onde nossas crianças e adolescentes são sujeitos e têm seus direitos respeitados/assegurados.

*“Há que se construir esta parceria tão urgente e necessária!”*



# Câmara Municipal de Curitiba

I - Publique-se.

II - Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Presidente

PROPOSIÇÃO Nº 005. \_\_\_\_\_.

O Vereador **Pedro Paulo** infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

## Projeto de Lei Ordinária

Câmara Municipal de Curitiba  
Divisão de Protocolo  
Recebido em: 26/10/09  
às 11:30 horas  
J.P.P.

## SÚMULA

Cria a Semana Municipal de Valorização do Educador no Município de Curitiba.

Art. 1º. Fica criada a Semana Municipal de Valorização do Educador no âmbito do Município de Curitiba.

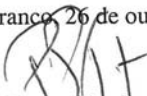
Parágrafo Único - A Semana Municipal de Valorização do Educador mencionado no *caput* deste artigo terá início no dia 15 (quinze) de outubro.

Art. 2º. Durante a Semana Municipal de Valorização do Educador, a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as escolas, sindicato de trabalhadores, associações de pais e mestres, Conselhos Municipais e Estaduais, poderá promover atividades de capacitação dos profissionais da educação, ciclos de debates, campanhas de divulgação sobre a importância do educador além de programações artísticas e culturais.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Rio Branco, 26 de outubro de 2009

  
**Pedro Paulo**  
Vereador

## Justificativa

Considerando a importância dos educadores e educadoras na construção de uma sociedade solidária e humana, apresentamos o referido projeto com o objetivo de garantir no calendário oficial do Município de Curitiba, o debate a respeito de temas relacionados aos problemas, desafios e dilemas enfrentados por este segmento, experiências exitosas e o conjunto de ações que visam a valorização destes profissionais, em especial aos que dedicam sua vida, o seu conhecimento e esforço na execução de programas e políticas públicas.



Compromisso com a educação





PROMOÇÃO:

Núcleo Sindical de Curitiba Sul  
**APP Para Todos**  
Gestão em defesa da escola pública

**Pedro Paulo**  
Vereador **PT**

**Pinhais**  
Faz mais por você

**SINPES**  
Sindicato dos Professores  
de Ensino Superior